

A longa sombra da crise climática:

Porque é que um novo mecanismo de financiamento tem de fazer face a perdas e danos

AUTORA: Teresa Anderson, líder global de Justiça Climática da ActionAid

AGRADECIMENTOS: Com agradecimentos a Brian Hill, Jess Midwinter, Sophie Hardefeldt, Mercy Munduru, Francisco Yermo, Sara Almer, Hannah Gurney, David Archer, Hailu Nurga, Gemechu Kebede, Asha Alamgir, Antonio Palate, Daniel Jukes e Fabiana Ferreira Alves

Novembro 2022

Conteúdo

1. Sumário Executivo
2. Introdução
3. Seca na África Oriental: comunidades atingidas pelo clima à mercê da crise alimentar mundial
4. A longa sombra lançada pelos desastres climáticos
5. Perdas e prejuízos para o orçamento público aumentam a desigualdade de género
6. Abrigo da Tempestade: O papel do financiamento de perdas e danos na prevenção de angústias climáticas a longo prazo
7. Conclusões & Recomendações

Resumo Executivo

Sem acesso ao financiamento internacional para enfrentar perdas e danos induzidos pelo clima, os países e comunidades que enfrentam desastres e impactos lentos são altamente vulneráveis a choques adicionais como o aumento dos preços globais dos alimentos e a pandemia de Covid-19.

A atual seca devastadora em toda a Etiópia, Quênia e Somália está deixando as comunidades à mercê da crise alimentar global, com consequências fatais. As pessoas que perdem suas colheitas e gado não têm condições de comprar alimentos devido aos altos preços provocados pela guerra na Ucrânia. Os aumentos de preços em nível local nas áreas afetadas pela seca no Chifre da África são muito, muito mais acentuados que as médias globais e afetam cruelmente os mais desesperados.

- Enquanto os preços médios dos alimentos na Europa aumentaram em 3,15% nos dois meses seguintes ao início da guerra na Ucrânia, as comunidades locais na África Oriental experimentaram aumentos de preços muito mais extremos. Na Somalilândia, por exemplo, algumas comunidades enfrentaram aumentos de preços de 163% para o trigo, 86% para macarrão e 260% para o óleo de cozinha.
- Mais de 1 em cada 9 pessoas correm o risco de passar fome em toda a África Oriental.

- **Mais de 40% da população da Somália está enfrentando uma grave insegurança alimentar a partir de outubro de 2022.**
- **Quase 55% das crianças somalianas se encontram subnutridas de forma aguda ou grave.**
- **O número de pessoas que enfrentam a fome na região é mais do dobro da população da Suécia, ou mais do que quatro vezes a população da Irlanda.**

As perdas e danos causados pela mudança climática deixam uma longa sombra sobre a vida das pessoas por anos, décadas ou mesmo gerações.

Os desastres climáticos estão tornando as nações mais pobres e as empurrando para o endividamento, esvaziando o orçamento público e cortando o acesso à educação, à saúde e a outros serviços públicos que são caminhos chave de saída das dificuldades e da pobreza.

Durante os desastres climáticos, mulheres e meninas são desproporcionalmente afetadas pela fome, deslocamento, dívida e violência. E na sequência dos desastres, quando os orçamentos nacionais estão severamente sobrecarregados, as mulheres são as primeiras a perder acesso quando serviços públicos como educação e saúde são cortados. Como as mulheres são a maioria dos trabalhadores da linha de frente do setor público, elas também são as que mais sofrem quando os empregos no serviço público são suspensos. Além disso, quando há suspensão dos serviços públicos no setor de cuidados, são as mulheres e meninas que devem preencher a lacuna na prestação de cuidados com seu próprio tempo e trabalho não remunerado, afetando sua própria educação e capacidade de ganhar renda.

Assim, os efeitos a longo prazo dos desastres climáticos sobre o orçamento público significam que as mulheres e meninas são ainda mais afetadas pelos desastres climáticos e pela dívida do governo do que anteriormente reconhecido no discurso climático da ONU.

Os países em desenvolvimento que enfrentam desastres climáticos estão sendo deixados para lidar com a crise por conta própria, embora raramente tenham sido eles a contribuir para o problema. A UNFCCC atualmente só facilita os fluxos de financiamento climático para enfrentar a adaptação e a mitigação. Ainda não existe um sistema da ONU para fornecer financiamento climático àqueles que sofrem perdas e danos induzidos pelo clima, para poderem se recuperar na sequência de desastres climáticos. Esta falta de fundos significa que não há uma abordagem sistêmica para intervir, responder, reconstruir e recuperar.

Os países afetados pelo clima precisam urgentemente de financiamento para cobrir os custos das perdas e danos climáticos, para fornecer proteção social e serviços públicos para avançar nas metas de direitos humanos e desenvolvimento, e para evitar cair na espiral da pobreza climática. O apoio precoce facilitando ações e intervenções rápidas pode evitar perdas muito maiores no longo prazo.

Um novo mecanismo de financiamento para lidar com perdas e danos já deveria ter sido criado há muito tempo. Isto desempenhará um papel vital para ajudar os países a evitar a longa sombra de pobreza lançada sobre as comunidades mais pobres nos anos e décadas seguintes aos desastres climáticos.

Os países desenvolvidos ricos, que contribuíram com a maior parte das emissões para um planeta em aquecimento, bloquearam consistentemente por décadas o progresso na questão do financiamento de perdas e danos. Na COP27, os países desenvolvidos devem finalmente juntar-se aos países em

desenvolvimento em seu apelo por um novo mecanismo de financiamento de perdas e danos, para que as comunidades possam receber o apoio necessário para se recuperar dos impactos climáticos e evitar as consequências devastadoras a longo prazo dos desastres climáticos.

ESTUDO DE CASO

"Costumava ser melhor no passado, mas agora o mundo está acabando"

Amina Yusuf Cige, 90 anos, sobreviveu a 12 secas em sua vida, mas diz que a situação atual em Xidhinta e em toda a Somalilândia é a pior que ela viveu em sua vida.

"A seca nos atingiu duramente. Não temos água. O combustível é muito caro. Costumávamos comer sorgo, arroz e macarrão. Mas agora não temos dinheiro para comprar esses alimentos. Estamos morrendo de fome. No passado era bom, mas agora o mundo está acabando".

Os membros da comunidade dizem que não há água suficiente e que eles não podem mais cultivar. As vacas estão doentes, por isso não podem manejá-las e ordenhá-las como um meio consistente de renda. Amina disse que quando ela era mais jovem, os pastos e as árvores estavam florescendo. Mas agora os recursos são tão escassos que muitas pessoas guardam seus rebanhos ou restringem o acesso de outras pessoas às suas fazendas. Agora não se pode ir a nenhum lugar que não se possua.

"No passado, a terra era compartilhada e próspera, mas agora as pessoas não passam o gado; elas cavam em suas próprias fazendas, e não permitem que mais ninguém entre". As pessoas não se sentam juntas, e cada homem segue seu próprio caminho".

1. Introdução

Em 2022, os desastres climáticos assumiram uma nova escala e horror. Quatro estações sem chuva deixaram uma seca "bíblica" e uma fome sem precedentes em toda a África Oriental. As enchentes devastadoras no Paquistão colocaram um terço do país debaixo d'água. A crescente extremidade e intensidade dos desastres climáticos este ano dão apenas uma dica do caos climático que está por vir enquanto nosso planeta continua a esquentar e os padrões climáticos alterados se tornam mais extremos e destrutivos.

Os eventos deste ano expuseram a falta de um sistema global de apoio para ajudar os países atingidos pelo clima a se recuperar na sequência de desastres que muitas vezes tiveram pouca influência na causa. Atualmente, não existe um mecanismo global de financiamento climático para enfrentar as "perdas e danos" induzidos pelo clima, e esta lacuna deixou os países particularmente expostos a novos choques, tais como o aumento dos preços globais dos alimentos desencadeados pela guerra na Ucrânia, ou a pandemia de Covid-19.

Este briefing descreve como os impactos dos desastres climáticos podem lançar uma longa sombra nos países de baixa renda vulneráveis ao clima, por anos, décadas ou mesmo gerações. Mas com o apoio

financeiro oportuno para enfrentar perdas e danos, os países podem se recuperar mais rapidamente e proteger os direitos humanos das pessoas.

Com as negociações da COP27 da ONU programadas para acontecer em Sharm-el-Sheik, Egito, em novembro de 2022, há uma pressão crescente sobre os governos ricos para que finalmente concordem em criar um novo Mecanismo de Financiamento de Perdas e Danos (LDFD). Governos de países em desenvolvimento, representando 6 em cada 7 pessoas no planeta, estão agora unidos no apelo para que a COP27 produza este resultado chave. Entretanto, um punhado de países desenvolvidos ricos - os Estados Unidos e a União Europeia em particular - têm bloqueado o progresso de forma consistente. É hora de reconhecer que a provisão de financiamento para enfrentar perdas e danos deve estar no centro das ações para enfrentar a crise climática.

NOTA: O que é "Perdas e Danos"?

O termo "perdas e danos causados pelo clima" refere-se às perdas e danos causados por catástrofes repentinas (por exemplo, ciclones, enchentes, incêndios florestais etc.) ou impactos lentos (por exemplo, seca, desertificação) causados pela mudança climática.

Os custos associados a perdas e danos podem incluir a perda de renda agrícola e de meios de subsistência durante uma seca, a necessidade de reconstruir casas danificadas ou mesmo cidades inteiras na sequência de enchentes ou ciclones, e muito mais.

Sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), os países desenvolvidos concordaram em fornecer US\$ 100 bilhões por ano em financiamento climático a partir de 2020 para que os países em desenvolvimento possam empreender atividades de "mitigação" climática para a transição para caminhos mais verdes, bem como ações de "adaptação" para fortalecer a resistência aos impactos futuros das mudanças climáticas. Esta meta tem sido criticada como insuficiente. No entanto, os países desenvolvidos não conseguiram atingir esta meta e, em vez de fornecer financiamento na forma de subsídios, a maioria do financiamento fornecido é, na verdade, na forma de empréstimos que devem ser reembolsados. De acordo com a OCDEⁱ, 60% do financiamento bilateral para o clima e 88% do financiamento multilateral para o clima entre 2013 e 2019 foi sob a forma de empréstimos. A falta de financiamento baseado em subsídios tem sido fortemente criticada pelos países em desenvolvimento e pela sociedade civil.

No entanto, além desta lacuna de financiamento, não existe atualmente nenhum mecanismo internacional para fornecer financiamento climático real para ajudar os países a enfrentar as perdas e danos induzidos pelo clima, para que eles possam se recuperar, reconstruir ou até mesmo se realocar depois de terem sofrido os impactos de desastres ou eventos lentos.

A abordagem de perdas e danos é um tipo de intervenção diferente e de longo prazo do que a ajuda humanitária, que se concentra no fornecimento de alimentos muito necessários, ajuda em dinheiro e abrigo na sequência imediata de desastresⁱⁱ. Em geral, os custos para enfrentar perdas e danos são geralmente muito maiores do que os fundos arrecadados para a ajuda humanitária (ver quadro na Seção 3). Portanto, o

tratamento de perdas e danos deve ser adicional ao financiamento para apoio humanitário, adaptação e mitigação, e deve ser na forma de subsídios e não de empréstimos.

2. A seca na África Oriental: comunidades atingidas pelo clima à mercê da crise alimentar global

A região conhecida como Chifre da África está atualmente enfrentando o risco de fome. É provável que seja a mais extrema seca e crise de segurança alimentar conhecida nos tempos modernosⁱⁱⁱ. A ausência de chuva durante quatro estações chuvosas seguidas na Etiópia, norte do Quênia e Somália significa que a região está agora no meio de sua pior seca há pelo menos 40 anos^{iv}. Com o padrão climático global "La Niña" previsto para se estender pelo terceiro ano consecutivo - um evento tipo "triplo mergulho"^v excepcionalmente raro atribuído à mudança climática^{vi} - a seca na África Oriental deverá continuar em uma quinta estação chuvosa consecutiva.^{vii}

A agricultura e a pecuária são as principais fontes de subsistência e segurança alimentar para as comunidades em todas as regiões afetadas. Ambos os setores são altamente dependentes de chuvas confiáveis, o que significa que as comunidades foram devastadas pelos efeitos da seca. Os rios e as fontes de água são secos. Não há mais umidade nos solos em que as colheitas e pastagens uma vez cresceram. Os cultivos falharam e grande parte das pastagens agora são pó. Mais de 16,2 milhões de pessoas não têm acesso à água suficiente para beber, cozinhar e limpar. Mais de 8,9 milhões de cabeças de gado morreram em toda a região.

Os efeitos catastróficos da seca induzida pelo clima no Chifre da África deixaram as comunidades especialmente expostas aos efeitos do aumento dos preços globais dos alimentos, desencadeados pela guerra na Ucrânia.

As crises deste ano seguem o rastro de outras crises na região nos últimos anos, incluindo inundações induzidas pelo clima e enxames de gafanhotos, conflitos e a pandemia de Covid-19. O deslocamento está ocorrendo em grande escala em toda a região à medida que as comunidades se deslocam em busca de necessidades básicas, como alimentos e água^{viii}.

No início deste ano, uma pesquisa da ActionAid^{ix} constatou que os aumentos de preços no nível comunitário, particularmente em áreas que enfrentam impactos climáticos, têm sido muito mais acentuados do que a média global e afetam cruelmente aqueles que estão mais desesperados. Algumas comunidades na Etiópia relataram que o preço do pão aumentou em até 71%. Em algumas partes do Quênia, o custo do óleo de cozinha aumentou em 100%. Comunidades na Somalilândia (uma região independente autodeclarada dentro da Somália) relataram um aumento de até 163% no preço do pão e um aumento de até 260% no custo do óleo de cozinha.

GRÁFICO: Aumento do preço dos alimentos nos 2 meses que se seguiram à guerra na Ucrânia
(VER TABELA EXCEL ANEXADA)

Legenda: Nos dois meses imediatamente após a guerra na Ucrânia, o custo médio dos alimentos no Norte Global aumentou repentinamente em vários por cento. Entretanto, as comunidades locais nas comunidades afetadas pela seca na Etiópia, Quênia e Somalilândia experimentaram aumentos de preços muito mais extremos, com os custos de alguns itens aumentando em mais de 100%, ou mesmo 200%.^x

A combinação de seca induzida pelo clima e alimentos inacessíveis, está levando a uma fome sem precedentes na região. Milhões estão enfrentando fome e inanição nos próximos meses, incluindo meio milhão de crianças somalis que estão atualmente em risco de morrer de desnutrição.

De acordo com novos cálculos da ActionAid:

- **Mais de 1 em cada 9 pessoas está enfrentando a fome em toda a Etiópia, Quênia e Somália^{xi}.**
- **Mais de 40% da população total da Somália está enfrentando a "insegurança alimentar aguda".**
- **Quase 55% das crianças somalianas estão subnutridas de forma aguda ou grave.**
- **O número de pessoas que enfrentam a fome no Chifre da África é o equivalente a mais do dobro da população total da Suécia, ou mais de quatro vezes a população da Irlanda.**

Estes efeitos foram ainda mais exacerbados pelo aumento do preço da gasolina, também desencadeado pela guerra da Rússia na Ucrânia. Comunidades na Etiópia, Quênia e Somalilândia relatam que os preços da gasolina aumentaram em até 90%, 85% e 75% respectivamente^{xii}. Mulheres de pequenos agricultores na Somalilândia, tentando salvar sua produção de vegetais através da irrigação, relatam que o alto preço da gasolina até mesmo impediu o uso de geradores para bombear água^{xiii}.

Os custos de transporte e comercialização de itens-chave podem ser muito mais elevados nas áreas rurais do que nas capitais, agravando os custos para as comunidades remotas. As famílias - especialmente as mulheres - estão pulando refeições e tirando seus filhos - especialmente as meninas - da escola. Muitas estão vendendo seus bens, como gado ou ferramentas, minando suas chances de recuperação econômica no futuro. Muitos estão se endividando cada vez mais simplesmente para sobreviver. As mulheres relatam usar a prática de "amarrar o estômago", amarrando a barriga para melhor lidar com a dor intensa da fome, para que possam suportar dar o pouco alimento que há para seus filhos subnutridos. As pessoas estão morrendo.

No entanto, os apelos atuais à comunidade internacional para fornecer os fundos necessários para responder à seca continuam bem subfinanciados^{xiv}. Os fundos que chegam, estão chegando tarde demais e não conseguem alcançar as organizações de base locais e nacionais lideradas por mulheres e jovens na linha de frente da crise. Com os eventos climáticos extremos em ascensão em todo o mundo, o sistema humanitário está sob grande tensão e incapaz de responder suficientemente à necessidade urgente^{xv}.

Alerta vermelho: Apelo da crise alimentar na África Oriental

Até 22 milhões de pessoas na Etiópia, Quênia e Somalilândia correm o risco de passar fome após a falta de chuvas e a pior seca registrada na África Oriental. A escassez crônica de água e agora o aumento dos preços dos alimentos e da energia devido à guerra na Ucrânia estão empurrando as famílias para o limite da sobrevivência. Os programas de fortalecimento da resiliência da ActionAid na região - por exemplo, apoiando as comunidades na criação de estruturas de captação de água - tem ajudado muitas comunidades a enfrentar melhor a baixa pluviosidade diante da mudança climática.

Mas a gravidade e a duração da atual seca em toda a região ultrapassaram os limites da adaptação.

As equipes de emergência da ActionAid devem agora trabalhar com organizações parceiras locais lideradas por mulheres e jovens para fornecer ajuda alimentar e água para salvar vidas na região. Mais apoio humanitário é urgentemente necessário.

Se você quiser saber mais ou fazer uma doação, visite:

https://www.actionaid.org.uk/donate/major-emergencies-action-fund?utm_source=pressrelease

A situação no Chifre da África demonstra como os países que sofrem os efeitos da crise climática podem ficar especialmente vulneráveis a choques adicionais, como a atual crise alimentar global, ou a pandemia de covid-19.

ESTUDO DE CASO

Como a seca tem afetado as comunidades na Etiópia

Adi Meliti Dida Kusa, 58 anos, é uma viúva que cria oito filhos. Ela perdeu todo o seu gado na seca - 78 vacas e 60 cabras e ovelhas. Embora ela tenha tentado salvar seu gado vendendo suas cabras e ovelhas, todas as suas vacas ainda morreram. Agora ela ficou sem nada para alimentar sua família. Adi viajou para Duplek onde o governo e as organizações humanitárias podem dar apoio a sua família. Atualmente ela está vendendo lenha e carvão vegetal para sobreviver, mas não há mercados locais, então ela não ganha o suficiente para alimentar sua família. Para tentar controlar sua fome, Adi está agora recorrendo a amarrar seu estômago firmemente com um cinto.

Gellgelo Wele Shake, 54 anos, tinha 200 vacas e cerca de 100 cabras e ovelhas. Como resultado da seca, ele agora tem apenas cinco cabras e duas vacas. Gellgelo tem 10 filhos, mas não consegue sustentá-los, e agora eles foram morar com outros membros da família. A seca o deslocou de sua aldeia em Rhamet Cluster e agora ele é um refugiado em Kelkeloo, aldeia de Watchile Woreda. Gellgeo agora faz e vende carvão vegetal, porém a localização remota e a falta de mercado significam que sua renda é muito pequena. Ele vive de empréstimos e só come pão uma vez por dia.

3. A longa sombra lançada pelos desastres climáticos

Muito depois de uma crise humanitária, as perdas e danos causados pelos desastres climáticos ainda podem lançar uma "longa sombra" sobre o bem-estar dos países, os direitos humanos, as oportunidades de desenvolvimento e as ações climáticas vitais por anos ou mesmo décadas futuras.

Os climas mais quentes no Sul Global significam que os países de baixa renda nestas regiões já são desproporcionalmente afetados pela alteração dos padrões climáticos causada pelo aquecimento global. Estes tendem a ser os países que menos têm feito para causar a crise climática. Os padrões históricos de exploração e colonialismo também são responsáveis pelas desigualdades atuais que tornam os países e comunidades mais pobres mais vulneráveis às mudanças climáticas.

Mas a combinação dos custos financeiros das perdas e danos, o ônus adicional do pagamento da dívida e a subsequente ausência de investimento em serviços públicos, incluindo educação, saúde e ação para lidar com mudanças climáticas, pode criar uma armadilha tóxica de pobreza da qual pode ser difícil escapar.

Custos financeiros gerados pelas comunidades e governos

Quando desastres climáticos ocorrem, ou impactos lentos como a elevação do nível do mar ou a desertificação efetivamente tiram a terra em que as pessoas vivem e trabalham, **as famílias e comunidades arcam com enormes custos financeiros diretos**. Eles podem perder sua renda, assim como a terra, o gado e os bens dos quais dependem seus meios de subsistência no longo prazo durante a duração do desastre. Normalmente, eles mesmos arcam com os custos de conserto e reconstrução de suas casas e infraestrutura danificadas^{xvi}.

Para famílias vulneráveis com um mínimo de amortecedores econômicos (muitas vezes o caso das famílias chefiadas por mulheres) a perda de casa, terra, colheitas, alimentos ou meios de subsistência pode empurrar as pessoas para uma espiral de pobreza e miséria quando os desastres climáticos ocorrem. Os programas de seguro, entretanto, cobrem apenas uma pequena proporção de perdas e danos - tão pouco quanto 1,5 ou 2%^{xvii}. Eles estão cada vez mais relutantes em cobrir comunidades em áreas de alto risco^{xviii}, ou podem até se recusar a pagar quando ocorrem perdas^{xix}.

Mas os custos e as consequências dos desastres climáticos não terminam aí. **Os governos regionais e nacionais devem desviar recursos, muitas vezes escassos, para o esforço de reparar e reconstruir a infraestrutura**. Os governos podem desempenhar um papel vital no apoio às comunidades para superar crises, oferecendo transferências de renda, apoio alimentar ou programas de frentes de trabalho^{xx} - **mas tais programas de proteção social também requerem fundos significativos para serem implementados**. Ao mesmo tempo, **é provável que os governos sofram grandes perdas na receita tributária** à medida que a atividade econômica é paralisada durante um desastre e suas consequências.

A análise do V20 - um agrupamento de 20 nações altamente vulneráveis ao clima - indica que nos últimos vinte anos, os custos dos impactos da mudança climática reduziram a riqueza do V20 em 20%, cerca de US\$ 525 bilhões de dólares^{xxi}.

ESTUDO DE CASO

"Tudo mudou"

Angelina João, 39 anos, é a presidente da Associação de Mulheres Empreendedoras da Cidade de Buzi, Moçambique.

"O clima mudou muito desde o Ciclone Idai. Antes do Idai a produção era boa, mas agora depois do Idai não temos boas colheitas, tudo mudou. Não entendemos por que, mas acreditamos que seja por causa da mudança climática. Depois do Idai tivemos o ciclone Eloise, que também afetou nossos campos. Era a estação do milho e as chuvas fortes causaram o apodrecimento do milho. Não era comparável ao Idai, mas arruinou a produção. Buzi é uma área de baixa altitude. Algumas mulheres do comitê perderam os telhados de suas casas. Agora, toda vez que ouvimos falar de um novo ciclone ou tempestade, ficamos preocupadas".

Dívida induzida pelo clima

Na verdade, são as famílias mais pobres na linha de frente da crise climática que estão gastando seus próprios recursos limitados nos esforços de recuperação após os desastres^{xxii}. Muitas vezes isso significa que elas podem se encontrar com poucas opções, a não ser contrair empréstimos com juros altos para sobreviver^{xxiii}. Para algumas famílias, isto pode ter o efeito de aprisioná-las em dívidas por anos, incapazes de gastar sua renda com seu bem-estar e, em vez disso, forçá-las a prestar serviço aos agiotas.

Os governos enfrentam um dilema semelhante. Como atualmente não existe um mecanismo de financiamento global para enfrentar perdas e danos, os empréstimos são frequentemente a única opção para que os governos tenham acesso ao financiamento para reconstrução e recuperação urgente e vital. Na sequência de um desastre climático, empréstimos concessionais com taxas de juros baixas podem ser difíceis de obter, pois os financiadores verão uma nação pós-desastre como uma perspectiva arriscada para pagamentos confiáveis. Assim, os empréstimos que são oferecidos tendem a ser a taxas de juros mais altas^{xxiv}. **A dívida e o pagamento de juros para lidar com perdas e danos aumentam assim**, totalizando percentuais cada vez maiores do PIB após os desastres climáticos^{xxv}. Cálculos recentes da Climate Action Network e da Debt Justice sugerem que nos próximos 10 anos, os países da África Subsaariana terão que assumir uma dívida adicional de 996 bilhões de dólares - um aumento de 50% nos níveis atuais da dívida como porcentagem do PIB^{xxvi}.

As crises da dívida podem muitas vezes ser desencadeadas por desastres repentinos^{xxvii}. Se os países que já estavam endividados antes do desastre se encontrarem assumindo dívidas adicionais após uma inundação, ciclone ou seca, eles podem achar impossível o pagamento da dívida, e experimentar "angústia da dívida".

Em vez de lhes oferecer alívio da dívida após os desastres climáticos, no entanto, os países são muitas vezes forçados a retirar fundos do orçamento público, desviando fundos dos serviços públicos, enquanto muitas vezes são coagidos pelo FMI a adotar medidas punitivas de austeridade para pagar seus credores. Quando os ciclones Idai e Kenneth, extremamente destrutivos, atingiram Moçambique em 2019, matando mais de 1.000 pessoas e deixando mais 3 milhões sem comida, água, abrigo e infraestrutura básica em toda a região, o país foi forçado a contrair empréstimos do FMI no valor de US\$118,2 milhões, e a cortar os serviços públicos essenciais para o pagamento da dívida^{xxviii, xxix}.

Infelizmente, a história não termina aí.

Após as recentes inundações maciças no Paquistão, houve apelos aos credores internacionais do país para que dessem alívio da dívida para que o país pudesse usar a receita que teria gasto com o pagamento da dívida para o esforço de recuperação e reconstrução após o desastre. Antes do desastre, o país estava gastando um terço de sua receita orçamentária com o pagamento de empréstimos. Quatro milhões de hectares foram destruídos, e grande parte do país ainda está submersa. Para muitos agricultores, a plantação para a nova estação não pode ocorrer^{xxx}.

Serviços públicos e proteção social

Os cortes governamentais nos serviços públicos essenciais para cobrir os custos de recuperação de desastres climáticos e para pagar dívidas resulta em milhões de pessoas perdendo seus direitos, suas oportunidades de desenvolvimento e as principais rotas de saída da miséria. Os mais pobres e marginalizados são sempre os mais afetados, pois dependem mais dos serviços públicos e não têm meios para pagar os serviços privados. Os cortes na saúde e na educação impedem que as pessoas possam viver uma vida plena, saudável e economicamente segura. As reduções nos gastos com saúde também afetam desproporcionalmente as mulheres que tendem a precisar de mais apoio durante a gravidez e os primeiros anos de vida.

A redução dos programas de proteção social que se destinam a ajudar as famílias a superar as crises significa que é mais provável que elas caiam em uma espiral de pobreza quando ocorre um desastre^{xxxii}. Cortes ou atrasos na expansão do fornecimento de eletricidade ou água significam que as mulheres passam mais tempo buscando água, as crianças passam menos tempo estudando, e as comunidades são menos capazes de iniciar atividades econômicas e negócios. Os cortes na educação podem privar os jovens de oportunidades, muitas vezes fechando a porta em um caminho para sair da pobreza. Este é especialmente o caso das meninas, que são menos propensas do que seus irmãos a terem a oportunidade de frequentar a escola quando as taxas são cobradas. **A perda desses serviços públicos, que são tão essenciais para proteger os direitos das pessoas, pode servir para colocar milhões em um caminho de pobreza e fome por toda a vida.** Os efeitos podem ser sentidos durante anos, décadas ou mesmo gerações.

As reduções no orçamento público para pagar a dívida contraída após os desastres climáticos também têm o efeito perverso de **atrasar investimentos vitais em ações de adaptação e mitigação, expondo assim os países vulneráveis a impactos cada vez maiores**^{xxxiii}. Em 2021, a Debt Justice UK descobriu que os países de baixa renda gastaram em média mais de cinco vezes mais no pagamento da dívida externa do que em projetos para proteger as pessoas dos impactos das mudanças climáticas^{xxxiii}. Ainda mais perversamente, os países atingidos pelo clima, com necessidades desesperadas e dívidas crescentes, podem se ver **forçados a explorar e exportar seus recursos naturais, tais como combustíveis fósseis ou florestas, como uma forma rápida de ganhar moeda estrangeira para o pagamento da dívida**^{xxxiv}. Isto pode até exigir a assunção de dívidas adicionais para conseguir o investimento de capital para pagar a exploração, infraestrutura e custos associados à exploração de combustíveis fósseis. Assim, o círculo vicioso continua^{xxxv}.

TABELA: Os custos acumulados de perdas e danos

Tipos de perdas e danos	Exemplos de perdas e danos
Perda de renda das pessoas/ comunidades durante a crise	<ul style="list-style-type: none"> • Perda de renda dos agricultores devido ao fracasso da colheita durante uma seca. • Perda de renda dos pequenos empresários devido ao fechamento durante uma inundação ou após um ciclone destrutivo.
A perda a longo prazo dos meios de subsistência das pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • Perda de gado por parte dos agricultores devido à seca, enchentes ou ciclones. • Infertilidade dos campos dos agricultores afetados pela água salgada do mar. • Inundação dos campos dos agricultores devido à elevação do nível do mar. • Seca das fontes de água dos agricultores. • Redução dos estoques pesqueiros devido ao aquecimento dos mares. • Destruição ou perda da infraestrutura e bens comerciais durante enchentes ou ciclones. • Famílias forçadas a vender bens de subsistência, como gado ou ferramentas para a alimentação e sobrevivência a curto prazo.
Custo das pessoas/comunidades para a reconstrução da infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Custo para as famílias para reparar ou reconstruir casas, celeiros, barcos de pesca ou empresas danificadas após as inundações. • Custo para as comunidades para reparar ou reconstruir a infraestrutura danificada, incluindo escolas, clínicas ou mercados.
Custo do pagamento da dívida das pessoas/ comunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Famílias em crise obrigadas a contrair dívidas a altas taxas de juros, com custos altos de pagamento.
Custo do deslocamento e realocação de pessoas/ comunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Custo da acomodação temporária, alimentação e itens não-alimentícios. • Custo de novas terras e casas após a perda de terras, casas e meios de subsistência devido a elevação do nível do mar, desertificação, etc. • Custo dos serviços médicos e psicossociais.
Perda de serviços públicos e de investimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Perda de serviços-chave, incluindo saúde, educação, proteção social, eletricidade, fornecimento de água, adaptação e serviços de extensão agrícola sensíveis ao gênero, aumentando a pobreza no longo prazo, especialmente para mulheres e meninas.
Perdas e danos humanos e ambientais das pessoas, às vezes referidos como " perdas e danos não econômicos ".	<ul style="list-style-type: none"> • Perda de terras tradicionais e culturais, locais sagrados, território, identidade. • Perda de ecossistemas e biodiversidade que fornecem alimentos, pastagem, medicina herbácea, estabilidade climática, saúde mental. • Perda do conhecimento tradicional. • Perda de redes sociais, coesão social, sistemas de apoio. • Perda de membros da família e entes queridos.
Perda de receitas fiscais das regiões / nações durante a crise	<ul style="list-style-type: none"> • Perda de receita tributária dos governos por parte dos agricultores, comunidades pesqueiras, mercados, proprietários de empresas durante a seca e a crise das inundações.
Perda de atividade econômica a longo prazo das regiões / nações	<ul style="list-style-type: none"> • Perda no longo prazo da fonte econômica de atividade e receita tributária dos governos como resultado de danos à terra, à subsistência e ao patrimônio.
Custos de recuperação e	<ul style="list-style-type: none"> • Custo para o governo para reparar ou reconstruir a infraestrutura, por exemplo,

reconstrução de regiões / nações	<p>escolas, hospitais, escritórios, estradas, eletricidade, sistemas de água e esgoto, fábricas, locais turísticos, etc.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Custos governamentais de proteção social para pessoas, por exemplo, transferências de alimentos, transferências de dinheiro, frentes de trabalho. • Custos governamentais de compensação às comunidades para apoiar a reconstrução e recuperação da infraestrutura familiar e comunitária. • Custos governamentais para lidar com os impactos físicos e psicossociais de longo prazo do desastre em sua população.
Custo de realocação das regiões / nações	<ul style="list-style-type: none"> • Custo do fornecimento de abrigo, alimentos e itens não-alimentícios em resposta ao deslocamento temporário. • Custo da realocação planejada, incluindo apoio habitacional, investimentos econômicos regionais, garantias de emprego, transferências de dinheiro, ampliação da prestação de serviços.
Custo do pagamento da dívida das regiões / nações	<ul style="list-style-type: none"> • Governos forçados a contrair dívidas com juros altos e com altos custos de pagamento. • A incapacidade de pagar a dívida pode levar a crises de dívida e à dependência de empréstimos do FMI que estão associados à imposição de políticas de austeridade, incluindo cortes nos gastos públicos.
Perdas econômicas no longo prazo de regiões / nações devido ao aumento dos custos e cortes nos serviços públicos	<ul style="list-style-type: none"> • Cortes nos gastos públicos em serviços-chave, incluindo saúde, educação, proteção social, eletricidade, fornecimento de água, adaptação e serviços de extensão agrícola sensíveis ao gênero retêm as comunidades - especialmente mulheres e meninas - à pobreza, restringindo a atividade econômica e a receita tributária no longo prazo.

ESTUDO DE CASO

"Estamos usando velas para estudar à noite"

Josna Bagum, 40 anos, é mãe de seis filhos. Ela vive com sua família em Dakshin Badaghat, Bangladesh. Suas duas filhas mais velhas, Yesmin Akter, 22, e Muslima Akter, 19, são estudantes do ensino médio.

Em junho deste ano, nas primeiras horas da manhã, sua casa foi atingida por uma inundação repentina. Josna e seus filhos estavam sozinhos em casa, sem eletricidade. Era o meio da noite, e eles estavam assustados. Eles não sabiam o que fazer. Josna e suas filhas tentaram salvar seus pertences, colocando-os em prateleiras mais altas, mas não conseguiram acompanhar o ritmo e a intensidade crescente da água. A maioria dos materiais escolares das crianças, incluindo seus livros e papelaria, foram levados com a água da enchente. A família também ficou sem a renda devido à perda da colheita e do gado durante a enchente.

"Nossa casa e nossas escolas estão agora meio submersas na água e destruídas. Nem mesmo pudemos estudar em casa porque a eletricidade foi interrompida durante a enchente. Temos exames chegando, mas por causa da enchente não pudemos nos preparar. Ficamos realmente assustados depois do amanhecer, pois tudo estava cercado de escuridão nos primeiros dias. As estradas foram danificadas e houve também uma escassez de barcos. Quase todos os anos somos afetados pelas enchentes, mas este ano os danos foram muito maiores. Já estávamos atrasados nos estudos nestes dois últimos anos por causa da pandemia

de covid-19, e agora essa inundação trouxe um novo desafio. Temos tentado nos adaptar e estudar com os recursos limitados que nos restam. Estamos usando velas para estudar à noite, mas não é o suficiente para uma família extensa como a nossa", disse uma das filhas de Josna.

4. As perdas e danos ao orçamento público aumentam a desigualdade de gênero

Os desastres climáticos e os padrões climáticos erráticos desencadeados pela mudança climática **afetam direta e desproporcionalmente as mulheres e meninas.**

Em todo o Sul global, quase metade da força de trabalho agrícola são mulheres, e na África Subsaariana o número é muito maior^{xxxvi}. Isto significa que a subsistência das mulheres e a segurança alimentar são particularmente vulneráveis aos efeitos dos padrões erráticos de chuvas, pragas, secas, enchentes e ciclones desencadeados pelas mudanças climáticas.

As mulheres são várias vezes mais propensas a morrer de desastres climáticos que os homens^{xxxvii}, e quanto maior a desigualdade de gênero e econômica, maior a disparidade^{xxxviii}. Oitenta por cento das pessoas deslocadas por desastres climáticos são mulheres^{xxxix}. Quando as fontes de água secam, mulheres e meninas devem caminhar mais para buscar água. Quando o fracasso das colheitas afeta a renda familiar, as mulheres tendem a perder mais as refeições do que os homens. As meninas são tiradas da escola antes de seus irmãos para economizar nas mensalidades escolares ou para mandá-las buscar água, colocando-as em um caminho de vida desigual. Elas podem ser casadas em idade precoce por pais que não têm mais condições de alimentá-las, privando-as da escolaridade e expondo-as à violência de gênero. Quando as mudanças climáticas deixam as famílias famintas, as mulheres relatam maiores incidências de violência doméstica^{xl}.

As mulheres enfrentam múltiplos desafios que aumentam sua vulnerabilidade às mudanças climáticas. Estes incluem normas patriarcais discriminatórias e políticas de gênero cegas ou tendenciosas que colocam uma carga desigual de cuidado sobre as mulheres, enquanto reduzem seu acesso à terra, mercados, finanças, serviços públicos, serviços de extensão agrícola e informações climáticas^{xli}. Assim, as mulheres famintas são menos capazes de investir em resiliência, enquanto ganham menos por seus esforços do que os homens agricultores. As normas patriarcais também frequentemente resultam na exclusão de mulheres e meninas, assim como de redes de mulheres e organizações de direitos da juventude, da participação em processos locais de tomada de decisão e respostas humanitárias. Em 2018, apenas 54% dos contextos de crise foram considerados como tendo realizado pelo menos uma consulta com organizações locais de mulheres no planejamento de suas estratégias de resposta humanitária^{xlii}.

O impacto da mudança climática sobre a agricultura e a subsistência rural está acelerando a migração rural-urbana. As jovens mulheres do Sul da Ásia, motivadas pela migração, foram consideradas vulneráveis ao tráfico e à exploração^{xliii}. É mais comum, porém, que homens em idade de trabalho, particularmente homens jovens, migrem de áreas rurais em busca de emprego. Esta tendência está deixando muitas comunidades na África, Ásia e América Latina com poucos homens, impulsionando a feminização da agricultura e aumentando ainda mais a carga múltipla sobre as mulheres^{xliii}. As mulheres relatam o aumento do esgotamento, da pobreza e da fome. Em algumas comunidades, as mulheres relatam que a ausência de

seus maridos significa que elas correm maior risco de assédio e agressão sexual e violenta fora de suas casas^{xlv}. Em alguns casos, a fome e a pobreza forçaram as mulheres ao trabalho sexual transacional a fim de alimentar suas famílias, expondo-se à violência e ao HIV^{xlvi}.

Algumas dessas tendências estão sendo confirmadas no Chifre da África de hoje. Uma avaliação realizada pelo governo da Somalilândia sobre o efeito da atual seca no Chifre da África sobre mulheres e crianças, identificou um aumento de 24% na violência baseada em gênero, particularmente violência doméstica, casamento precoce e meninas abandonando a educação^{xlvii}.

Além disso, **os efeitos das perdas e danos nos orçamentos nacionais e no pagamento da dívida nacional também são devastadores para a capacidade dos governos de financiar os serviços públicos. Este padrão prejudica ainda mais as mulheres e meninas desproporcionalmente mais do que os homens**, agravando assim a desigualdade entre os gêneros.

Medidas de austeridade são rotineiramente impostas em resposta a crises de dívida, quer aconselhadas pelo FMI, quer simplesmente adotadas pelos ministérios das finanças. O centro das políticas de austeridade são os cortes nos gastos públicos, e particularmente na força de trabalho do setor público. O efeito é limitar tanto o acesso quanto a qualidade dos serviços públicos, o que tem um impacto particularmente negativo sobre os direitos humanos das mulheres, e isto se dá de três maneiras significativas^{xlviii}.

A primeira forma pela qual os custos de perdas e danos ao orçamento nacional afetam as mulheres, é através do impacto na prestação de serviços essenciais. **Mulheres e meninas tendem a depender mais dos serviços públicos gratuitos do que os homens**, por múltiplas razões. Os Índices de escolaridade das meninas estão fortemente ligados à oferta de educação gratuita, pois seus irmãos tenderão a ter prioridade para a educação quando são cobradas taxas. As mulheres dependem mais do fornecimento gratuito de saúde do que os homens por causa da saúde reprodutiva, gravidez, maternidade e necessidades de cuidado infantil, e porque quando as taxas são alteradas para exames de saúde ou medicamentos, meninos e homens têm prioridade sobre meninas e mulheres. Seus baixos níveis de emprego, falta de educação e altos níveis de pobreza como um legado de padrões de discriminação também significam que as mulheres tendem a ser mais dependentes da proteção social. Programas e serviços especificamente dirigidos às mulheres, tais como abrigos de violência doméstica, órgãos de igualdade de gênero ou serviços de extensão agrícola sensíveis ao gênero também desempenham papéis vitais na proteção dos direitos das mulheres^{xlix}, mas estão entre os primeiros a serem cortados quando são tomadas medidas de austeridade.

Em resumo, quando os gastos públicos são reduzidos, o efeito geral reduz desproporcionalmente o acesso das mulheres aos serviços públicos vitais dos quais elas dependem, exacerbando a desigualdade de gênero e minando seus direitos humanos.

Em segundo lugar, **quando os cortes nos orçamentos do setor público levam à perda generalizada de empregos e cortes salariais, as mulheres são mais afetadas**. O setor de serviços públicos de assistência, incluindo enfermagem e saúde, ensino, cuidados com a infância e trabalho social, depende muito das mulheres e tende a ter uma taxa de emprego feminino mais alta do que a média^{li}. As mulheres também estão concentradas em cargos administrativos e temporários de nível inferior que apresentam um maior risco de demissão durante os cortes.

Pesquisas da ActionAid, da Public Services International e Education International constataram que os cortes de austeridade entre 2016 e 2021 em 15 países bloquearam o recrutamento de mais de três milhões de enfermeiras, professoras e outros trabalhadores essenciais do setor público.^{lii}

Uma terceira maneira pela qual os cortes nos serviços públicos afetam as mulheres é através do aumento da carga de cuidados não remunerados. Onde os serviços públicos são cortados, **as mulheres acabam por preencher elas mesmas a lacuna na prestação de cuidados, mas não são pagas pelo seu tempo e trabalho.** Globalmente, as mulheres gastam em média duas a dez vezes mais horas no dia do que os homens no trabalho não remunerado de cuidado, como cuidado de crianças, cuidado de idosos, trabalho doméstico, preparação de alimentos e busca de água^{liii}. Uma pesquisa nas comunidades realizada pela ActionAid Bangladesh constatou que as mulheres gastam quase cinco vezes e meia mais do que os homens em atividades de cuidado não remunerado^{liv}.

Os serviços públicos, tais como assistência médica, cuidado infantil, assistência a idosos, fornecimento de água e eletricidade desempenham um papel vital na redução desta carga sobre as mulheres e meninas, liberando seu tempo para estudar, participar do emprego, melhorar sua renda, investir em sistemas alimentares resilientes e participar dos processos locais de tomada de decisão que podem atender melhor às necessidades e à vida das mulheres e meninas. Quando os danos climáticos levam ao aumento das dívidas e, portanto, ao aumento da austeridade, as mulheres são os amortecedores invisíveis, espera-se que preencham a lacuna e forneçam os serviços de atendimento gratuitamente.

Os cortes no orçamento, portanto, tiram às mulheres tempo, oportunidades e energia. Apesar desta realidade enfrentada pela metade da população de cada nação, o trabalho de cuidado não remunerado e seu impacto sobre as mulheres é sistematicamente ignorado, tornado invisível na modelagem e planejamento econômico^{lv}.^{lvi}

Os efeitos cumulativos da dívida induzida pelo clima e da austeridade sobre as mulheres e meninas são, portanto, de longo alcance e duradouros. As meninas estão perdendo a educação devido à expectativa de que buscarão água ou serão tiradas da escola mais cedo do que seus irmãos quando ocorrer um desastre climático. As mulheres perdem seu tempo disponível para ganhar a vida, suas oportunidades de trabalho e os serviços públicos que protegem seus direitos. Elas ficam com um legado de poder aquisitivo reduzido, aumento da pobreza, fome, violência baseada em gênero e vulnerabilidade aos impactos climáticos ao longo de sua vida^{lvii}.

É provável que sua pobreza se reflita nos reduzidos níveis de renda e bem-estar de suas famílias e da próxima geração, bem como em suas comunidades mais amplas, suas regiões e governos.

ESTUDO DE CASO

Christine Akol é uma sobrevivente da violência de gênero do Distrito de Pallisa, Leste de Uganda. Ela é casada há 12 anos e tem dois filhos. O marido de Christine é um agricultor de pequena escala e tem 22 filhos.

Após fortes chuvas em agosto de 2022, que causaram grandes inundações na região e afetaram sua fazenda, ele lutou para prover alimentos para sua família. Muitas vezes ele se tornou violento quando solicitado por necessidades básicas, e Christine enfrentou múltiplas formas de violência em sua casa.

Christine deixou seu lar conjugal com seus filhos e agora está lutando para cultivar alimentos para sua família, pois sua agricultura é afetada pelos efeitos das mudanças climáticas.

Na região de Sebei, em uma parte do leste de Uganda igualmente afetada, um abrigo local para mulheres da ActionAid recebeu 1287 casos de violência de gênero entre setembro de 2020 e setembro de 2022. O abrigo observou que em 40% dos casos a mudança climática - e os desafios que ela cria, incluindo a insegurança alimentar e a falta de acesso à água e à lenha - é um fator importante que coloca mulheres e meninas em risco de violência.

5. Providenciando Abrigo da Tempestade: o papel do financiamento de perdas e danos na prevenção de problemas climáticos a longo prazo.

Perdas e danos são agora uma realidade. A mudança climática está trazendo fome, pobreza, terror, exaustão e tristeza a milhões.

O Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), um órgão da ONU com centenas de cientistas climáticos revisando milhares de trabalhos científicos, confirmou o que as comunidades na linha de frente da crise climática já sabem: que são as do Sul Global - as mulheres, as pessoas que vivem na pobreza, as famílias mais marginalizadas - que sofrem desproporcionalmente os piores efeitos. Preocupantemente, o IPCC descobriu que os efeitos da mudança climática estão aumentando muito mais rapidamente do que a ciência climática havia previsto, com metade do mundo agora na zona de perigo.^{lviii}

Com o aquecimento da atmosfera terrestre, o caos climático se agrava a cada ano. Mas, até agora, só vimos a ponta do iceberg.

A crise climática, seus custos e consequências são projetados para escalar a uma extensão inimaginável. Estudos sugerem que se o planeta continuar esquentando em seu ritmo atual de aquecimento, 167 milhões de casas poderão ser perdidas por desastres climáticos entre agora e 2040^{lix}. **Isto seria o equivalente a perder quase 23.000 lares por dia, todos os dias, devido aos impactos climáticos, durante 20 anos^{lx}.** Este número, refletindo uma média de 20 anos, ajuda a ilustrar a escala chocante da destruição que se avizinha. Se confirmados, os números nos anos imediatos serão naturalmente menores, enquanto as perdas nas próximas décadas são quase impossíveis de serem compreendidas.

As famílias já estão perdendo suas casas e meios de subsistência, as nações estão perdendo sua espinha dorsal econômica e a fonte de suas receitas fiscais, e as pessoas e os governos não têm uma alternativa senão contrair empréstimos com juros altos. Mulheres e crianças estão perdendo seus direitos humanos à educação, à saúde e muito mais. Os desastres climáticos estão deixando um legado de aprofundamento da pobreza, e os caminhos para sair das dificuldades estão se tornando cada vez mais difíceis, especialmente para mulheres e meninas.

Portanto, há uma necessidade urgente de intervenções para ajudar comunidades e nações a superar crises, cobrir custos, evitar dívidas e proteger os direitos dos mais necessitados. Tais intervenções podem desempenhar um papel crucial para evitar a espiral de pobreza climática e permitir que os países e comunidades se recuperem dos impactos climáticos.

O apoio financeiro às pessoas, muitas vezes na forma de ferramentas de proteção social, tais como transferências de renda, transferências de alimentos, merendas escolares, programas de frentes de trabalho e garantias de emprego, pode fazer uma enorme diferença na vida das pessoas.^{lxi} O apoio que cobre os custos de reconstrução das comunidades, compensa a perda de ganhos e ativos e garante que as pessoas tenham acesso aos alimentos de que necessitam, é fundamental para ajudar as pessoas a superar crises e evitar o agravamento da pobreza diante das mudanças climáticas.

Para alguns, a proteção social pode significar a diferença entre poder continuar na agricultura, ou ao contrário, enfrentar a dívida, a pobreza e a fome que os força a migrar. Para outros, a proteção social, como apoio habitacional, garantia de emprego, treinamento e requalificação para novas oportunidades de subsistência, pode fornecer os meios para rotas migratórias planejadas e seguras para fora de áreas onde a segurança e a subsistência estão seriamente ameaçadas. Os esquemas de proteção social são uma estratégia vital e, no entanto, atualmente subutilizada para ajudar as comunidades a enfrentar as perdas e danos induzidos pelo clima e fortalecer a resiliência aos impactos climáticos.^{lxii}

Evitando a espiral de pobreza climática: proteção social para enfrentar perdas e danos

Embora não haja uma definição formal de proteção social, Organização Mundial do Trabalho das Nações Unidas (OIT) define o conceito como uma mistura de políticas e programas que visam reduzir pobreza, vulnerabilidade e desigualdade ao longo de todo o ciclo de vida^{lxiii}. Políticas como o salário por doença, licença parental e aposentadorias são exemplos de ferramentas de proteção social que ajudam os indivíduos a conseguir o sustento quando sua capacidade de ganhar a vida é afetada por eventos da vida.

A proteção social pode ser usada para enfrentar uma série de violações dos direitos humanos relacionadas a cenários de perdas e danos, incluindo: redução da renda e insegurança alimentar devido à perda de colheitas ou redução da captura de peixes; perdas ou danos em relação a casas e bens; perda de opções de subsistência causadas por desastres climáticos repentinos e mudanças lentas; deslocamento temporário, migração de socorro ou realocação planejada como resultado de impactos climáticos; assim como quando mulheres e famílias são deixadas para trás por maridos ou membros da família migrantes e não têm renda confiável.

Transferências de dinheiro e alimentos, garantias de preço mínimo da safra, garantias de emprego, fretes de trabalho e cestas básicas, construção de ativos, merendas escolares, apoio habitacional e apoio à requalificação, treinamento e investimentos para novas opções de subsistência, tudo isso pode ser usado estrategicamente para ajudar as famílias e comunidades a lidar com as perdas e danos causados pelos impactos das mudanças climáticas.^{lxiv} Se bem feitos, os sistemas de proteção social podem trazer benefícios profundos de desenvolvimento e direitos humanos e, ao mesmo tempo, aumentar a escala para enfrentar os impactos climáticos e fortalecer a resiliência, conforme necessário.

A proteção social merece muito mais atenção nas discussões nacionais e internacionais sobre o clima. No entanto, ela é atualmente negligenciada em favor de abordagens mais arriscadas, tais como seguros privados. Os esforços para expandir a cobertura de seguros privados para comunidades vulneráveis ao clima colocam injustamente o ônus dos custos no Sul Global, e podem se mostrar pouco confiáveis quando ocorrem desastres^{lxv}.

A comunidade internacional, particularmente sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), seu Mecanismo Internacional de Varsóvia sobre Perdas e Danos (WIM) e o Grupo de Especialistas Técnicos em Gerenciamento de Riscos Climáticos (TEG-CRM) devem avançar uma agenda para ampliar os sistemas de proteção social à prova do clima.

Os governos das nações atingidas pelos impactos climáticos devem, portanto, encontrar fundos para reparar os danos e a destruição, cobrir os custos de proteção social e compensação às comunidades afetadas, recuperar a perda de receitas fiscais, enquanto continuam a investir em ciclos positivos de serviços públicos que constroem economias e sociedades.

Um apoio precoce que facilite ações rápidas e intervenções estratégicas pode evitar perdas muito maiores no longo prazo.

Mas para os países de baixa renda do Sul Global, que não causaram a crise climática nem têm acesso aos fundos para lidar com ela, os custos das perdas e danos são impossíveis de cobrir sozinhos. **Os países mais ricos em poluição com maior responsabilidade por causar a crise climática transferiram efetivamente os custos da mudança climática para as pessoas mais vulneráveis do mundo.**

O financiamento internacional do clima para enfrentar as perdas e danos deve, portanto, estar no centro da estratégia global para enfrentar a crise climática.

E ainda que os países que estão passando por secas, enchentes, ciclones e aumento do nível do mar tenham pedido financiamento para lidar com perdas e danos por mais de três décadas^{lxvi}, os países sob a UNFCCC ainda não chegaram a um acordo para criar um Mecanismo de Financiamento de Perdas e Danos (LDFF) a fim de corrigir esta injustiça.

Enquanto a UNFCCC atualmente facilita o fluxo de financiamento climático de países desenvolvidos para países em desenvolvimento para implementar atividades de adaptação e mitigação (metas insuficientes e falhadas, e a classificação injusta de empréstimos como "financiamento climático"), a falta de financiamento para perdas e danos continua a ser uma lacuna gritante. **De fato, o Fundo Verde para o Clima da UNFCCC (GCF), que canaliza o financiamento da adaptação e mitigação, foi criado em uma época em que se pensava ingenuamente que a era das perdas e danos estava em um futuro distante.** Mas, como confirmaram as conclusões do IPCC, a velocidade com que a crise climática se agravou foi além de todas as previsões. Estamos agora firmemente na realidade das perdas e danos, muito mais cedo do que o esperado, e com muito, muito mais por vir. Os países estão sendo deixados indefesos e sem recursos para lidar com isso.

Nas negociações climáticas da ONU, um punhado de países desenvolvidos - os Estados Unidos e a União Europeia em particular - bloquearam consistentemente o movimento sobre o assunto^{lxvii}, impedindo assim que os países vulneráveis ao clima tenham acesso ao apoio de que tão urgentemente necessitam para poder se recompor e se recuperar na sequência de desastres climáticos.

Na COP26 em Glasgow, em 2021, e nas negociações técnicas da SB56 em Bonn, em junho de 2022, todos os países em desenvolvimento, representando 6 em cada 7 pessoas no planeta, defenderam negociações para finalmente abordar a questão do financiamento de perdas e danos. Entretanto, ao excluir com sucesso a questão do financiamento de perdas e danos da agenda formal, os EUA e a UE impediram a realização de discussões ou decisões significativas. Enquanto a COP26 estabeleceu um "Diálogo Glasgow" de três anos sobre perdas e danos, os países em desenvolvimento e as organizações da sociedade civil apontaram que o processo de diálogo não tem mandato para a tomada de decisões ou resultados, e pode resultar facilmente em vários anos de conversa e compartilhamento de informações educadas, sem nada no final^{lxviii}.

Enquanto isso, a pressão de dentro dos países desenvolvidos para avançar na questão das perdas e danos, está crescendo constantemente. Em setembro de 2022, a Dinamarca tornou-se a primeira nação a prometer uma contribuição para o financiamento de perdas e danos, após anúncios semelhantes feitos pelos governos regionais da Escócia (Reino Unido) e da Valônia (Bélgica), bem como por várias fundações filantrópicas, durante a COP26 no ano anterior. Em 20 de outubro de 2022, o Parlamento da UE aprovou então uma resolução sobre a COP27 apoiando o estabelecimento de um mecanismo de financiamento de perdas e danos, e enfatizando a necessidade de fornecer financiamento de perdas e danos sob a forma de subsídios.^{lxix} Embora a resolução do Parlamento Europeu não seja estritamente vinculativa para a delegação da UE na COP27, é altamente significativo que o órgão regional de representantes eleitos dos cidadãos esteja efetivamente pedindo que a UE enfrente sua responsabilidade histórica de causar perdas e danos a outros países.

Tais promessas e resoluções destacam a necessidade de um Mecanismo de Financiamento de Perdas e Danos (LDFF), para que os fundos de perdas e danos sob a forma de subsídios possam ser canalizados para países com necessidades climáticas de forma transparente e multilateral. Ainda mais importante, estes desdobramentos refletem a crescente pressão dos cidadãos do Norte Global para que seus governos assumam a responsabilidade e ajam com compaixão diante da crise climática.

As negociações climáticas da COP27 em Sharm-el-Sheik, Egito, em novembro deste ano, devem, portanto, assegurar que a questão do financiamento de perdas e danos esteja na agenda das negociações formais e, finalmente, concordar em criar um novo mecanismo de financiamento para lidar com as perdas e danos.^{lxx}

O fato de as modalidades detalhadas ainda não terem sido decididas não deve ser usado na COP27 como motivo para atrasar o acordo sobre o princípio do Mecanismo de Financiamento de Perdas e Danos (LDFF). Depois que o princípio do LDFF for acordado na COP27, os detalhes sobre funções, governança, estrutura, princípios, hospedagem e fontes de financiamento poderão então ser identificados nas cúpulas subsequentes da COP28 e COP29.

6. Conclusões e recomendações

Conclusões:

A seca induzida pelo clima está devastando a vida de milhões de pessoas no Chifre da África. Destruindo culturas, gado e sistemas de água, está deixando cruelmente as pessoas à mercê de outros choques, particularmente a atual crise global de aumento dos preços dos alimentos. Para muitos em toda a Etiópia, Quênia e Somália, o preço dos alimentos está agora muito fora de alcance, com 22 milhões de pessoas atualmente enfrentando a fome.

Catástrofes como a seca no Chifre da África causam crises humanitárias devastadoras. No entanto, há um aspecto adicional à história de perdas e danos que ainda não foi totalmente compreendido ou não está sendo contado na UNFCCC. Os desastres climáticos estão tornando as nações mais pobres e mais endividadas, esvaziando o orçamento público e cortando a educação, a saúde e outros serviços públicos que atuam como rotas chave para sair das dificuldades e pobreza, particularmente para as mulheres. A perda destes serviços básicos lança uma longa e soturna sombra sobre a vida das pessoas durante anos, décadas ou mesmo gerações.

O financiamento para enfrentar perdas e danos não só pode ajudar a enfrentar o custo da reconstrução da infraestrutura e das economias, mas também permite que as pessoas se recuperem mais rapidamente e encontrem as rotas de saída da pobreza através da provisão de direitos humanos, serviços públicos e proteção social. O apoio precoce facilitando ações e intervenções rápidas pode, assim, evitar perdas muito maiores no longo prazo.

As negociações climáticas da COP27 em Sharm-el-Sheik, Egito, em novembro deste ano, devem, portanto, concordar com o princípio de um novo mecanismo de financiamento para enfrentar perdas e danos, de modo que os países e comunidades necessitadas possam receber fundos urgentemente necessários que apoiem sua recuperação, reconstrução e direitos. Os países desenvolvidos - liderados pelos EUA e pela UE em particular - devem se afastar de sua relutância anterior, para apoiar e financiar plenamente esta iniciativa.

A crise climática está se agravando, e precisamos estar preparados para o que está por vir. Esta crise global deve ser tratada com a mentalidade global que merece. Porque, se não enfrentarmos esta crise juntos, não a enfrentaremos de forma alguma.

Recomendações:

1. **Ação urgente no Chifre da África:** as nações ricas devem urgentemente aumentar, liberar e operacionalizar fundos plurianuais flexíveis e com princípios para atender ao apelo humanitário da ONU para a Etiópia, Quênia e Somália, e para ajudar a salvar vidas agora. Este financiamento deve chegar a organizações locais que já respondem a crises de fome em suas comunidades, incluindo organizações lideradas por mulheres e jovens.
2. **Na COP27, a questão do financiamento de perdas e danos deve estar na agenda formal de negociações.**

3. Na COP27 todas as Partes (governos) devem finalmente concordar com o princípio da criação de um novo mecanismo de financiamento para enfrentar as perdas e danos.
4. Os países industrializados ricos devem aumentar as contribuições de financiamento climático sob a forma de subsídios e, em particular, alocar fundos para enfrentar as perdas e danos induzidos pelo clima.
5. O alívio automático da dívida deve ser concedido aos países em desenvolvimento imediatamente após desastres climáticos, para que os recursos possam ser imediatamente utilizados para atender às necessidades dos países vulneráveis, e os países devem ser priorizados para a renegociação e até mesmo o cancelamento da dívida.^{lxxi}
6. O Mecanismo Internacional de Varsóvia (WIM) da UNFCCC e o Grupo de Especialistas Técnicos em Gestão Integral de Riscos (TEG-CRM) devem fortalecer o reconhecimento da importância da proteção social para enfrentar perdas e danos, e criar mais oportunidades para aprender sobre o potencial e os aspectos práticos da implementação de sistemas de proteção social universais e sensíveis às questões de gênero, à prova do clima.
7. O WIM e os países do G7 devem mudar o foco da promoção de seguros climáticos privados para governos e cidadãos dos países do Sul Global, para apoiar estratégias de adaptação e redução de riscos que incluam sistemas de proteção social nacionais sem arrependimentos, baseados em direitos e escaláveis. Estes devem ser equitativa e previsivelmente financiados pelos países do Norte Global.
8. Políticas, práticas e financiamento para enfrentar perdas e danos - seja no âmbito do WIM, do Mecanismo de Financiamento de Perdas e Danos (LDFF) ou em programas nacionais - devem ser transformadoras das relações de gênero. Elas devem aumentar e permitir o acesso das mulheres ao financiamento de perdas e danos, criar espaço para a liderança das mulheres na abordagem de perdas e danos, abordar a carga desproporcional de cuidado das mulheres, promover e acelerar políticas de proteção social transformadoras das relações de gênero e serviços públicos de qualidade, e incorporar a proteção das mulheres em todas as ações sobre perdas e danos.

ⁱ OECD (2019) Climate finance provided and mobilised by developed countries in 2013-18 https://www.oecd-ilibrary.org/sites/f0773d55-en/1/2/3/index.html?itemId=/content/publication/f0773d55-en&_csp_=5026909c-%20969925715cde6ea16f4854ee&itemIGO=oecd&itemContentType=book

ⁱⁱ La Ruta del Clima (2022) Beyond humanitarian aid: The need for a robust loss and damage finance facility https://larutadelclima.org/wp-content/uploads/2022/10/HumanitarianAid-EN_LRC.pdf

ⁱⁱⁱ <https://reliefweb.int/report/ethiopia/horn-africa-drought-regional-humanitarian-overview-call-action-revised-21-september-2022#:~:text=Across%20the%20Horn%20of%20Africa,and%204.2%20million%20in%20Kenya.>

^{iv} <https://climatechampions.unfccc.int/is-eastern-africas-drought-the-worst-in-recent-history-and-are-worse-yet-to-come/>

^v <https://www.msn.com/en-gb/news/world/la-nina-rare-triple-dip-likely-for-first-time-this-century-bringing-greater-global-drought-risk/ar-AA11ITYk>

^{vi} Wills et al (2022) Systematic climate model biases in the large-scale patterns of recent sea-surface temperature and sea-level pressure change.

^{vii} <https://public.wmo.int/en/media/news/greater-horn-of-africa-faces-5th-failed-rainy-season>

^{viii} <https://www.unhcr.org/news/press/2022/8/62f4c3894/million-people-displaced-drought-somalia.html>

^{ix} ActionAid (2022) Doubly devastating: Local communities disproportionately affected by food, fuel and fertiliser price rises, <https://actionaid.org/publications/2022/doubly-devastating-local-communities-disproportionately-affected-food-fuel-and>

^x *United States* Source: Dataset (Table A) US Bureau of Labor Statistics https://www.bls.gov/news.release/archives/cpi_08102022.htm

Food at home seasonally adjusted changes from the preceding month : 1.5% in March; 1.0% inflation in April = 2.5% increase over March + April.

ⁱⁱ *European Union* source: Eurostat food price index http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=prc_fsc_idx&lang=en 116.61 in Feb increased to 121.23 in April = 3.9% increase between Feb and April. ⁱⁱⁱ *Australia* source: Dataset (Weighted average of eight capital cities) from

- Australian Bureau of Statistics <https://www.abs.gov.au/statistics/economy/price-indexes-and-inflation/consumer-price-index-australia/latest-release>
Food & non-alcoholic beverages 2.0% increase in price between March - June = 2.0% increase March-June. iv) UK source: Table 4 CPI price index tables published in April, May & June 2022 <https://www.ons.gov.uk/economy/inflationandpriceindices/datasets/consumerpriceinflation>
Bread & cereals price index 110.1 (Feb) increased to 112.3 (Apr) = 1.99% increase between Feb & April; Oils & fats price index 123.2 (Feb) increased to 130.8 (April) = 6.17% increase between Feb & April. v) Global source: <https://www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/en/>
Price of cereals rose from 145.3 to 169.7 in the 2 months between Feb to April = 16.7% increase between Feb-April; Price of cooking oils rose from 201.7 to 237.5 in the 2 months between Feb to April = 17.8% increase between Feb-April v) Ethiopia, Kenya, Somaliland source: ActionAid (2022) Doubly devastating: Local communities disproportionately affected by food, fuel and fertiliser price rises, <https://actionaid.org/publications/2022/doubly-devastating-local-communities-disproportionately-affected-food-fuel-and>. Note: Some of this data reflects increases in specific food or commodity prices, while some reflects increase in indexes reflecting baskets of commodities such as "food" or "oils and fats". Although these are not strictly like-for-like figures, they do reflect a useful comparison on the impact on consumers, as those in Ethiopia, Kenya and Somaliland are more dependent on basic staples for their diets than consumers in US, EU, Australia and the UK.
- ^{xi} 22 million people are at risk of starvation in Ethiopia, Kenya and Somalia according to the UN World Food Programme (WFP). Population of Ethiopia = 115 million. Population of Kenya = 53.8 million. Population of Somalia = 15.9 million. Population of Sweden = 10.1 million. Population of Ireland updated census = 5.1 million
- ^{xii} ActionAid (2022) Doubly devastating: Local communities disproportionately affected by food, fuel and fertiliser price rises, <https://actionaid.org/publications/2022/doubly-devastating-local-communities-disproportionately-affected-food-fuel-and>
- ^{xiii} <https://actionaid.org/stories/2022/east-africa-food-crisis-ceel-giniseed>
- ^{xiv} <https://reliefweb.int/report/somalia/threat-starvation-looms-east-africa-after-four-failed-rainy-seasons>
- ^{xv} <https://www.oxfam.org/en/research/footing-bill-fair-finance-loss-and-damage-era-escalating-climate-impacts>
- ^{xvi} IIED (2019) Bearing the climate burden – Bangladesh families are paying too much <https://www.iied.org/bearing-climate-burden-bangladesh-families-are-paying-too-much>
- ^{xvii} Heinrich Böll Stiftung North America (2018) Not a silver bullet, https://us.boell.org/sites/default/files/not_a_silver_bullet_1.pdf
- ^{xviii} <https://www.coastalnewstoday.com/post/fl-hurricane-ian-damage-will-drive-insurance-rates-even-higher-cripple-industry>
- ^{xix} ActionAid (2017) The wrong model for resilience, <https://actionaid.org/publications/2017/wrong-model-resilience>
- ^{xx} ActionAid (2021) Avoiding the climate poverty spiral, <https://actionaid.org/publications/2021/avoiding-climate-poverty-spiral-social-protection-avoid-climate-induced-loss>
- ^{xxi} V20 (2022) Climate Vulnerable Economies Loss Report, <https://www.v-20.org/resources/publications/climate-vulnerable-economies-loss-report>
- ^{xxii} IIED (2019) Bearing the climate burden: how households in Bangladesh are spending too much <https://www.iied.org/16643iied>
- ^{xxiii} <https://www.newagebd.net/article/70388/loan-sharks-prey-on-people-affected-by-disasters-in-bangladesh>
- ^{xxiv} Nishizawa, H., S. Roger and H. Zhang (2019) Fiscal Buffers for Natural Disaster in Pacific Island Countries, <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2019/07/12/Fiscal-Buffers-for-Natural-Disasters-in-Pacific-Island-Countries-47011>
- ^{xxv} Jubilee Debt Campaign (2018) 'Don't owe, shouldn't pay: The impact of climate change on debt in https://jubileedebt.org.uk/wp-content/uploads/2018/10/Dont-owe-shouldnt-pay-Final-version_10.18.pdf
- ^{xxvi} Climate Action Network (2022) The debt and climate crises, <https://climatenetwork.org/resource/debt-and-climate-crises/>
- ^{xxvii} World Bank (2020) Global Waves of Debt: Causes and Consequences <https://www.worldbank.org/en/research/publication/waves-of-debt>
- ^{xxviii} <https://news.trust.org/item/20191129104451-put1m>
- ^{xxix} <https://www.reuters.com/article/us-africa-cyclone-imf-idUSKCN1RV17P>
- ^{xxx} https://www.theguardian.com/world/2022/oct/12/pakistan-floods-impact-years-crops-farms?CMP=share_btn_tw
- ^{xxxi} ActionAid (2021) Avoiding the climate poverty spiral, <https://actionaid.org/publications/2021/avoiding-climate-poverty-spiral-social-protection-avoid-climate-induced-loss>
- ^{xxxii} Eurodad (2020) Out of Service: How public services and human rights are being threatened by the growing debt crisis. <https://eurodad.org/outofservice>
- ^{xxxiii} Jubilee Debt Campaign (2021) Lower income countries spend five times more on debt payments than dealing with climate change, https://debtjustice.org.uk/wp-content/uploads/2021/10/Lower-income-countries-spending-on-adaptation_10.21.pdf
- ^{xxxiv} Climate Action Network (2022) The debt and climate crises: Why climate justice must include debt justice, <https://climatenetwork.org/wp-content/uploads/2022/10/Debt-and-the-Climate-Crisis-Briefing-October-2022.pdf>
- ^{xxxv} Fresnillo, I. (2020) Debt and climate: entangled emergencies derailing women's rights and gender justice. <https://www.tandfonline.com/eprint/XRE4JYJ2WFDEFK6VMQG/full?target=10.1080%2F13552074.2020.1838168&>
- ^{xxxvi} FAO (2012) Smallholders and Family Farmers: Factsheet, http://www.fao.org/fileadmin/templates/nr/sustainability_pathways/docs/Factsheet_SMALLHOLDERS.pdf
- ^{xxxvii} World Bank (2012) Making Women's Voices Count, <http://documents1.worldbank.org/curated/en/723731468234284901/pdf/658410REVISED00view0Final0for0email.pdf>

- ^{xxxviii} Neumayer, E. (2007) The gendered nature of natural disasters https://www.researchgate.net/publication/30523075_The_Gendered_Nature_of_Natural_Disasters_The_Impact_of_Catastrophic_Events_on_the_Gender_Gap_in_Life_Expectancy_1981-2002
- ^{xxxix} UNDP (2016) Overview of linkages between gender and climate change, <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgk326/files/migration/africa/Policy-Brief-Overview-of-linkages-between-gender-and-climate-change.pdf>
- ^{xl} ActionAid (2016) Hotter Planet, Humanitarian Crisis, <https://actionaid.org/publications/2016/hotter-planet-humanitarian-crisis>
- ^{xli} ActionAid (2019) Principles for a Just Transition in Agriculture <https://actionaid.org/publications/2019/principles-just-transition-agriculture>
- ^{xlii} IASC (2020) Interim Guidance: Gender alert for Covid-19 outbreak, <https://interagencystandingcommittee.org/inter-agency-standing-committee/interim-guidance-gender-alert-covid-19-outbreak>
- ^{xliii} ActionAid (2016) Climate change knows no borders, <https://actionaid.org/publications/2016/climate-change-knows-no-borders#downloads>
- ^{xliv} World Bank, 2016, Feminisation of Agriculture in the Context of Rural Transformations: What is the Evidence?, <http://documents1.worldbank.org/curated/en/790991487093210959/pdf/ACS20815-WP-PUBLIC-Feminization-of-AgricultureWorld-BankFAO-FINAL.pdf>
- ^{xlv} <https://actionaid.org/publications/2016/climate-change-knows-no-borders#downloads>
- ^{xlvi} ActionAid, 2016, Hotter Planet, Humanitarian Crisis <https://actionaid.org/publications/2016/hotter-planet-humanitarian-crisis>
- ^{xlvii} <https://actionaid.org/news/2022/east-africa-food-crisis-now-world-ending>
- ^{xlviii} Bretton Woods Project (2017) The IMF, Gender Equality and Expenditure Policy, <https://www.brettonwoodsproject.org/wp-content/uploads/2017/09/The-IMF-Gender-Equality-and-Expenditure-Policy-CESR-and-BWP-Sept-2017.pdf>
- ^l OECD (2017) Employment: Female share of public and total employment, <http://stats.oecd.org/index.aspx?queryid=54754>
- ^{li} UN Women (2015) Transforming economies, realising rights: Progress of the world's women http://progress.unwomen.org/en/2015/pdf/UNW_progressreport.pdf
- ^{lii} ActionAid (2021) Public vs Austerity, <https://actionaid.org/publications/2021/public-versus-austerity-why-public-sector-wage-bill-constraints-must-end>
- ^{liii} OECD (2014) Unpaid Care Work: The missing link in the analysis of gender gaps in labour outcomes, https://www.oecd.org/dev/development-gender/Unpaid_care_work.pdf
- ^{liv} ActionAid Bangladesh (2017) The Recognition and Redistribution of Unpaid Care Work
- ^{lv} Elson, D. (2004) The Millennium Development Goals: A feminist development economics perspective, The Hague: Institute of Social Studies, <http://www.gwsafrica.org/knowledge/elsen.html>
- ^{lvi} ActionAid International (2022) The Care Contradiction: The IMF, gender and austerity <https://actionaid.org/publications/2022/care-contradiction-imf-gender-and-austerity>
- ^{lvii} UN Women (2022) Progress on the Sustainable Development Goals: The gender snapshot 2022, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2022/09/achieving-full-gender-equality-is-still-centuries-away-warns-the-un-in-new-report/>
- ^{lviii} IPCC (2022) 6th Assessment Report Working Group II Summary for Policy Makers, https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_SummaryForPolicymakers.pdf
- ^{lix} <https://reliefweb.int/report/world/climate-crisis-destroy-167-million-homes-next-20-years>
- ^{lx} Esta estimativa utiliza os números de deslocamento da IDMC, pressupondo que os desastres climáticos continuarão a aumentar ao mesmo ritmo que nos últimos 20 anos (mais de 83%). Cálculo adicional: 167 milhões de lares em 20 anos equivale a 8,35 milhões de domicílios por ano em 20 anos, funciona para quase 1000 domicílios por hora o equivalente a todos os domicílios nos Estados Unidos, ou seis vezes o número de domicílios no Reino Unido.
- ^{lxi} ActionAid (2021) Avoiding the climate poverty spiral, <https://actionaid.org/publications/2021/avoiding-climate-poverty-spiral-social-protection-avoid-climate-induced-loss>
- ^{lxii} *ibid*
- ^{lxiii} ILO (2017) World Social Protection Report 2017–19: Universal social protection to achieve the Sustainable Development Goals, https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_604882.pdf
- ^{lxiv} ActionAid (2021) Avoiding the climate poverty spiral, <https://actionaid.org/publications/2021/avoiding-climate-poverty-spiral-social-protection-avoid-climate-induced-loss>
- ^{lxv} ActionAid (2019) gMarket mechanisms for loss and damage climate finance fail human rights test <https://actionaid.org/news/2019/market-mechanisms-loss-and-damage-climate-finance-fail-human-rights-test>
- ^{lxvi} <https://interactive.carbonbrief.org/timeline-the-struggle-over-loss-and-damage-in-un-climate-talks/>
- ^{lxvii} Loss and Damage Collaboration (October 2022) The Cost of Delay: Why finance to address Loss and Damage must be agreed at COP27
- ^{lxviii} <https://www.carbonbrief.org/cop26-key-outcomes-agreed-at-the-un-climate-talks-in-glasgow/>

^{lxix} https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/B-9-2022-0461_EN.html

^{lxx} The Loss and Damage Financing Facility: Why and How, Climate Action Network, 2022,
<https://drive.google.com/file/d/1Oz2BVe38btPhSE6SoiMbVHNIXv6MBUsM/view>

^{lxxi} <https://actionaid.org/news/2019/more-150-ngos-sign-open-letter-calling-loss-and-damage-fund-debt-relief>